

## COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS MACAÉ E DAS OSTRAS

Rua Santa Catarina 219, 5º Andar, Salas 502 e 503, Extensão do Bosque – Rio das Ostras-RJ.

Telefone: (22) 3034-2358 :: E-mail: contato@comitemacaeostras.org.br

Site: [www.comitemacaeostras.org.br](http://www.comitemacaeostras.org.br)

### Relatório da Reunião do Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão – CTIG

**Data da reunião: 04 de abril de 2025**

**Tipo de Reunião:** (.X.) Ordinária (..) Extraordinária

#### **Pauta da reunião:**

- 1 – Eleição de coordenador(a) e coordenador(a) adjunto(a);
- 2 – Informes sobre o processo de revisão do Plano de Recursos Hídricos

**Coordenador:** Juliana Gomes

**Coordenador Adjunto:** Thiers Porfírio

**Relator:** Thiago Cardoso

#### **Componentes Presentes:**

Livia Xavier	Prefeitura Municipal de Macaé
Juliana Gomes	Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Rio das Ostras
Flavia Martins	Casa dos Saberes
Marcelo Acha	Associação dos Gestores Ambientais de Nova Friburgo
Eduardo Bini	Centro de Estudos e Conservação da Natureza
Maria Inês Paes	IFF-Macaé
Reginaldo Ramos	Companhia Estadual de Águas e Esgotos
Raphaella Ferreira	Marlim Azul Energia S.A.
Mauro Calixto	Vale Azul Energia

#### **Convidados:**

Alice Sá Rego	CILSJ
Thiago Cardoso	CILSJ
Thiêrs Porfírio	Instituto Visão Social
Otávio Martins	BRK Ambiental

### **RELATÓRIO**

Para facilitar a visualização, os números nos parágrafos correspondem aos números dos itens de pauta.

1. Foi eleito como Coordenadora a Sra. Juliana Gomes e como Coordenador Adjunto o Sr. Thiêrs Porfírio.
1. A Sra. Maria Inês ressalta a importância da CTIG em relação ao Plano Municipal de Saneamento de Rio das Ostras e a articulação com o GT Saneamento. Ela considera a parceria democrática, agradece a disponibilidade e passa a coordenação da reunião para a Sra. Juliana. Prossegue informando que na reunião de diretoria, a Sra. Adriana mencionou o prazo de hoje para o envio ao INEA da prestação de contas, e que a Sra. Cláudia está focada nisso devido à perda de arquivos do CILSJ, causada pela demissão de um técnico de outro comitê. Ela enfatiza que o problema está sendo sanado e os arquivos futuros serão

## COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS MACAÉ E DAS OSTRAS

Rua Santa Catarina 219, 5º Andar, Salas 502 e 503, Extensão do Bosque – Rio das Ostras-RJ.

Telefone: (22) 3034-2358 :: E-mail: contato@comitemacaeostras.org.br

Site: [www.comitemacaeostras.org.br](http://www.comitemacaeostras.org.br)


armazenados na nuvem. Esclarece que o técnico demitido já está sendo processado por justa causa e pelos prejuízos causados.

2. A Sra. Alice contextualiza o processo de revisão do plano de recursos hídricos, inicialmente planejado em três módulos, sendo: diagnóstico/prognóstico, gestão/plano de ação/manual operativo e comunicação/participação social. O primeiro módulo foi contratado, contudo, o contrato foi encerrado devido a problemas na execução. Houve realocação de recursos, permitindo a contratação integrada da revisão do plano. O escopo foi refeito e aprovado no ano passado. Atualmente, o processo está sob análise jurídica para posterior licitação, com expectativa de publicação ainda nesta semana e resultado em maio.
2. A Sra. Maria Inês solicita que o link da licitação seja compartilhado no grupo de WhatsApp do comitê assim que disponível, para auxiliar na divulgação, pois a divulgação apenas no site do CILSJ tem atraído um número restrito de empresas. Ela pede a colaboração de todos na divulgação. Solicita ainda que a divulgação seja realizada pela assessoria de comunicação no site e redes sociais.

### Encaminhamentos:

1. Referente ao Ponto de Pauta 2 - Solicitação que o link da licitação seja compartilhado no grupo de WhatsApp do Comitê assim que disponível.
2. Referente ao Ponto de Pauta 2 - Solicitação que a divulgação seja realizada pela assessoria de comunicação no site e redes sociais.

*Aprovação em 10/10/2025.*

Documento assinado digitalmente  
 JULIANA GOMES PAULA  
Data: 10/10/2025 15:07:27-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**JULIANA GOMES PAULA**  
Coordenadora

## COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS MACAÉ E DAS OSTRAS

Rua Santa Catarina 219, 5º Andar, Salas 502 e 503, Extensão do Bosque – Rio das Ostras-RJ.

Telefone: (22) 3034-2358 :: E-mail: contato@comitemacaeostras.org.br

Site: [www.comitemacaeostras.org.br](http://www.comitemacaeostras.org.br)

### Relatório da Reunião do Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão – CTIG

**Data da reunião: 06 de junho de 2025**

**Tipo de Reunião:** (.X.) Ordinária (..) Extraordinária

#### **Pauta da reunião:**

- 1 – Debate sobre a proposta de aumento do PPU a partir da Oficina presencial;
- 2 – Debate sobre a prorrogação do Projeto IQA e Salinidade;
- 3 – Atualização sobre as ações do Plano Municipal de Saneamento Básico de Rio das Ostras

**Coordenador:** Juliana Gomes

**Coordenador Adjunto:** Thiers Porfirio

**Relator:** Thiago Cardoso

#### **Componentes Presentes:**

Livia Xavier	Prefeitura Municipal de Macaé
Juliana Gomes	Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Rio das Ostras
Marcelo Acha	Associação dos Gestores Ambientais de Nova Friburgo
Eduardo Bini	Centro de Estudos e Conservação da Natureza
Maria Inês Paes	IFF-Macaé
Reginaldo Ramos	Companhia Estadual de Águas e Esgotos
Raphaela Ferreira	Marlim Azul Energia S.A.
Mauro Calixto	Vale Azul Energia
Thiêrs Porfirio	Instituto Visão Social
Otávio Martins	BRK Ambiental

#### **Convidados:**

Daniele Pereria	CILSJ
Thiago Cardoso	CILSJ

### RELATÓRIO

Para facilitar a visualização, os números nos parágrafos correspondem aos números dos itens de pauta.

1. A Sra. Daniele Pereira iniciou a reunião e apresentou um resumo da oficina presencial, que serviu de base para a discussão sobre o aumento do PPU. Ela destacou a participação de vários membros presentes na reunião, como Bernard, Thiers, Otávio, Reginaldo e Tainá, e incentivou-os a contribuir. Ela descreveu o processo da oficina, que começou com apresentações técnicas de Moema (contexto nacional), Raquel Emerick e Carolina Andrade do INEA (dados do estado do Rio de Janeiro), e Caio Santos da AGEVAP (experiência de aumento na bacia RH III). Em seguida, Fernanda apresentou o Produto 8 do programa RUA, que analisa o impacto da alteração do PPU nos diferentes setores. Ela detalhou as duas propostas principais que surgiram dos grupos de discussão:

## COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS MACAÉ E DAS OSTRAS

Rua Santa Catarina 219, 5º Andar, Salas 502 e 503, Extensão do Bosque – Rio das Ostras-RJ.

Telefone: (22) 3034-2358 :: E-mail: [contato@comitemacaeostras.org.br](mailto:contato@comitemacaeostras.org.br)

Site: [www.comitemacaeostras.org.br](http://www.comitemacaeostras.org.br)

- Grupo 1: Defendeu o aumento do PPU para R\$ 0,845, vendo como vantagens o aumento da capacidade de trabalho do Comitê de Bacia Hidrográfica (CBH) e a racionalização do uso da água. As desvantagens seriam a dificuldade em financiar projetos de grande porte e o repasse do aumento para a população, especialmente no setor de abastecimento público.
- Grupo 2 (Grupo Ceará): Propôs um aumento escalonado para os setores (exceto saneamento), começando com R\$ 0,845 e subindo progressivamente até R\$ 0,15 (valor do Ceará). Para o setor de saneamento, o valor seria fixo em R\$ 0,845 para evitar o repasse do custo para os consumidores.

1. A Sra. Maria Inês complementou a fala da Sra. Daniele. Ela explicou que o nome do grupo e o valor de R\$ 0,15 foram inspirados no Ceará, que tinha o valor máximo em 2023. Ela ressaltou que esse valor já está superado por outro comitê no estado do Rio de Janeiro (Rio Dois Rios). Maria Inês também trouxe uma questão levantada por Afonso na Diretoria, que expressou preocupação em fixar o valor do PPU para o setor de saneamento por quatro anos, considerando que isso seria um período longo para um valor corrigido apenas pelo IPCA. Ela enfatizou que essa questão merece ser debatida na CTIG.

1. O Sr. Thiers Porfírio levantou a questão da disponibilidade hídrica na bacia, alertando que os dados são defasados desde 2012. Ele argumentou que, apesar de a realidade não ser a mesma do Ceará, a região já vive uma situação crítica, com a possibilidade de se tornar semiárida devido às mudanças climáticas. Ele citou estudos da UENF e o aumento da seca em afluentes do Rio Sana. Ele defendeu que o Comitê precisa de mais recursos para financiar a recuperação das nascentes e matas ciliares, mas concordou que a questão social deve ser levada em conta, pois a população já paga um valor alto pela água.

1. O Sr. Reginaldo Ramos, que faz parte do setor de saneamento, questionou a preocupação de Afonso sobre o valor fixo por quatro anos, lembrando que a bacia não tem um aumento do PPU há cerca de cinco anos. Ele defendeu que um período de cinco anos não é tão longo para um setor que se tenta proteger do impacto do aumento. Ele também questionou o uso do Ceará como paradigma, dada a grande diferença na realidade hídrica entre as regiões.

1. O Sr. Bernard Vecci concordou com as posições de Reginaldo e Thiers. Ele enfatizou que o cenário está se agravando, mas a realidade ainda é diferente do Ceará. Ele apresentou o dado de que um aumento para R\$ 0,845 já resultaria em um impacto de 27,44% na tarifa, um peso significativo para famílias em situação de vulnerabilidade. Bernard revelou que o PPU do Comitê Rio Dois Rios é de R\$ 1,10, mas a arrecadação é bem menor que a do Comitê Macaé-Ostras, sugerindo que o valor do PPU não é o único fator que influencia a arrecadação.

A Sra. Maria Inês argumentou que, embora o setor de saneamento possa repassar o custo da cobrança aos consumidores, isso não é obrigatório. Ela também defendeu que, ao comparar o valor arrecadado entre os comitês, é crucial levar em conta a execução de projetos e não apenas o montante financeiro. Para ela, a comparação é frágil se não considerar a dinâmica de aplicação dos recursos. A fala dela encerrou a discussão,

## COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS MACAÉ E DAS OSTRAS

Rua Santa Catarina 219, 5º Andar, Salas 502 e 503, Extensão do Bosque – Rio das Ostras-RJ.

Telefone: (22) 3034-2358 :: E-mail: [contato@comitemacaeostras.org.br](mailto:contato@comitemacaeostras.org.br)

Site: [www.comitemacaeostras.org.br](http://www.comitemacaeostras.org.br)

reiterando que o tema será encaminhado para o GT Cobrança para uma análise mais aprofundada.

1. O Sr. Thiers Porfírio concordou com a fala de Maria Inês e elogiou a contribuição de Bernard por ter apresentado o impacto do aumento para os usuários. Ele solicitou a Bernard que compartilhasse os dados do aumento percentual da tarifa (27%) para que a equipe do CILSJ possa incluí-los na apresentação do GT Cobrança. Isso ajudaria a deixar claro o impacto direto nas contas de famílias de baixa renda e na questão social.
1. O Sr. Bernard Vecci respondeu a Thiers confirmando que ele tinha uma foto da tabela com os dados e que a enviaria para a diretoria, garantindo que a informação fosse usada na apresentação do GT Cobrança. Ele também reforçou seu ponto para Maria Inês, explicando que sua intenção ao comparar a arrecadação dos comitês não era julgar qual estava certo ou errado, mas apenas trazer um dado que considerou significativo.
2. A Sra. Daniele Pereira informou aos presentes que a reunião abordaria a prorrogação do projeto de estudo e avaliação da qualidade da água e salinidade na Bacia do Rio das Ostras, que está chegando ao fim de seu contrato atual. Ela então passou a palavra para a Fernanda, responsável pela apresentação.
2. A sra. Fernanda Hissa iniciou a apresentação solicitando a aprovação da prorrogação do estudo. Ela explicou que o projeto, que começou em 2022 com a empresa Oceanus, já está em sua segunda prorrogação (terceiro aditivo) e tem um contrato que vai até agosto de 2025. Ela ressaltou a importância de aprovar a extensão do contrato antecipadamente para que os trâmites burocráticos possam ser realizados a tempo.

Ela detalhou os resultados do projeto até o momento:

- Cinco campanhas de monitoramento: Geraram cinco relatórios técnicos parciais.
- Relatório consolidado: Contém todos os dados brutos e resultados.
- Apresentações: A empresa apresentará os resultados finais na próxima plenária.
- Apresentação em Rio das Ostras: Um aditivo anterior incluiu a exigência de uma apresentação presencial dos resultados ao Conselho de Meio Ambiente de Rio das Ostras, a pedido do diretor Johnny. Fernanda informou que estão em contato com a prefeitura para agendar a reunião.

Por fim convidou todos a visitarem o site do Comitê para verem os produtos já aprovados, destacando a importância do monitoramento contínuo. Ela pontuou que os resultados mostram uma degradação preocupante dos corpos hídricos (como nos rios Iriri e Jundiá) e reforçou a necessidade de ações para reverter o quadro.

2. A Sra. Juliana Gomes complementou a fala de Fernanda, defendendo a continuidade do projeto. Ela trouxe um argumento crucial: a recente concessão do sistema de esgotamento sanitário, ocorrida há pouco mais de um ano. A prorrogação do estudo permitiria comparar

## COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS MACAÉ E DAS OSTRAS

Rua Santa Catarina 219, 5º Andar, Salas 502 e 503, Extensão do Bosque – Rio das Ostras-RJ.

Telefone: (22) 3034-2358 :: E-mail: [contato@comitemacaeostras.org.br](mailto:contato@comitemacaeostras.org.br)

Site: [www.comitemacaeostras.org.br](http://www.comitemacaeostras.org.br)

a qualidade da água antes e depois da operação da nova concessionária. Essa análise seria fundamental para avaliar se houve melhorias e, se necessário, cobrar mais investimentos da empresa.

2. A Sra. Maria Inês, que a princípio não era a favor da renovação, afirmou que o argumento de Juliana a convenceu. Ela explicou que sua posição inicial era contrária porque os resultados do estudo já vinham mostrando uma degradação alarmante, enquanto a resposta do município tem sido muito lenta. No entanto, ela reconheceu a importância de continuar o monitoramento para avaliar os impactos da nova concessão.
2. A Sra. Juliana Gomes complementou a fala de Maria Inês, informando que a concessionária Rio +Saneamento já está realizando obras de expansão da rede coletora de esgoto em bairros como Colinas e parte de Costa Azul, que contribuem diretamente para a bacia do Rio das Ostras. Ela expressou a esperança de que essas obras, ainda em estágio inicial, resultem em melhorias na qualidade da água, e por isso, a prorrogação do monitoramento é fundamental para comparar os resultados.
2. O Sr. Thiêrs Porfírio ressaltou a importância de séries históricas de dados para a tomada de decisões. Ele destacou que interromper o monitoramento resultaria na perda do histórico, o que seria prejudicial para a gestão futura da bacia. Ele se posicionou a favor da prorrogação para que seja possível avaliar o período pós-concessão.
2. O Sr. Jolnnye Abraão apoiou a fala de Maria Inês e Thiers, reforçando a importância da comparação com a nova concessão. Ele criticou a inação do município antes da concessão, apesar de o monitoramento já indicar a degradação desde 2022. Ele fez uma ressalva à fala de Juliana, pontuando que as obras precisam ser realizadas em áreas mais altas, como os rios Iri e Jundiá, que impactam diretamente o Rio das Ostras. Ele também reiterou seu pedido para que a apresentação dos resultados do monitoramento seja feita ao Conselho de Meio Ambiente, para que o órgão possa usar os dados para cobrar ações dos gestores. Por fim, manifestou sua preocupação com a expansão imobiliária em áreas de risco de inundação.
2. O Sr. Reginaldo Ramos se mostrou favorável à continuidade do monitoramento para evitar a repetição de erros. Ele sugeriu que, em futuros contratos, seja incluída a coleta de dados secundários de outras fontes, como concessionárias, prefeituras e universidades. Ele ofereceu os dados de monitoramento do rio Macaé, feitos pela CEDAE, para contribuir com a análise da bacia. Ele defendeu que a integração desses dados tornaria a avaliação mais robusta.
2. A Sra. Daniele Pereira, após a discussão, confirmou que as manifestações foram todas favoráveis à prorrogação do projeto. Ela formalizou o encaminhamento: a resolução para aprovação da prorrogação será enviada à plenária, e na mesma reunião, a empresa responsável pelo estudo apresentará os resultados finais, o que ajudará na decisão. Ela também confirmou que não houve manifestações contrárias no chat.
2. A Sra. Fernanda Hissa agradeceu as contribuições, especialmente a sugestão de Reginaldo sobre a coleta de dados de outras fontes, e garantiu que a equipe registrará a ideia para

## COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS MACAÉ E DAS OSTRAS

Rua Santa Catarina 219, 5º Andar, Salas 502 e 503, Extensão do Bosque – Rio das Ostras-RJ.

Telefone: (22) 3034-2358 :: E-mail: [contato@comitemacaeostras.org.br](mailto:contato@comitemacaeostras.org.br)

Site: [www.comitemacaeostras.org.br](http://www.comitemacaeostras.org.br)

projetos futuros. Ela reafirmou que a apresentação ao Conselho de Meio Ambiente de Rio das Ostras, solicitada por Johnny, será mantida no novo aditivo. Ela finalizou a fala explicando os próximos passos burocráticos para a prorrogação do contrato.

3. A Sra. Daniele Pereira anunciou que o processo de mobilização para o PMSB, que estava parado, começaria imediatamente. Ela explicou que a equipe estava esperando a publicação de um decreto municipal para formalizar a criação do Grupo de Trabalho e Acompanhamento (GTA) do plano. Com o decreto em mãos, as ações de mobilização podem finalmente ter início. Ela detalhou o cronograma:

- Na próxima semana, haverá a eleição dos nove representantes da sociedade civil para o grupo.
- Em 17 de maio (aqui a data parece estar no passado, mas se refere ao próximo evento), ocorrerá a primeira reunião oficial do grupo.
- A equipe contratada fará uma oficina de capacitação em junho para preparar os membros do GTA para as oficinas e reuniões temáticas.
- O primeiro evento de mobilização, um seminário de chamamento, está programado para 15 de julho.
- As divulgações serão feitas através dos canais de comunicação do Comitê (WhatsApp, redes sociais).
- As oficinas e reuniões temáticas acontecerão entre 16 e 23 de julho.

Ela também informou que, paralelamente a essas ações, estão revisando o Produto 2 (Estratégia de Mobilização) e o Produto 6 (Caracterização do Município) do projeto.

3. O Sr. Johnnye Abrahão confirmou a notícia que Daniele havia dado. Ele informou que o decreto (Decreto 4.329) foi publicado na quarta-feira anterior e que já oficializava a criação do Grupo de Trabalho e Acompanhamento (GTA). Ele detalhou que o grupo será composto por nove representantes da prefeitura e nove da sociedade civil, além da Rio Mais, a concessionária de saneamento, como parte interessada.
3. A Sra. Juliana Gomes expressou sua satisfação com a notícia, classificando-a como "boa". Ela também mencionou que a Hidrobr, empresa responsável pelo projeto, havia enviado formulários para que os setores contribuíssem com informações, e expressou a esperança de que todos tenham respondido.
3. A Sra. Daniele Pereira confirmou que a reunião estava se encaminhando para o fim. Ela compartilhou o link do site do PMSB no chat, mencionando que a estagiária Fernanda foi responsável pela sua criação. Ela convidou a todos a acessar o site, que concentra todas as informações do plano.

**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS MACAÉ E DAS OSTRAS**

Rua Santa Catarina 219, 5º Andar, Salas 502 e 503, Extensão do Bosque – Rio das Ostras-RJ.


Telefone: (22) 3034-2358 :: E-mail: [contato@comitemacaeostras.org.br](mailto:contato@comitemacaeostras.org.br)

Site: [www.comitemacaeostras.org.br](http://www.comitemacaeostras.org.br)

**Encaminhamentos:**

1. Enviar ao GT Cobrança o debate sobre o aumento do PPU
2. Enviar a Plenária a Minuta da Resolução que prorrogação do Projeto IQA e Salinidade

*Aprovação em 10/10/2025.*

Documento assinado digitalmente  
 JULIANA GOMES PAULA  
Data: 10/10/2025 15:07:27-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

**JULIANA GOMES PAULA**  
Coordenadora

## COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS MACAÉ E DAS OSTRAS

Rua Santa Catarina 219, 5º Andar, Salas 502 e 503, Extensão do Bosque – Rio das Ostras-RJ.

Telefone: (22) 3034-2358 :: E-mail: contato@comitemacaeostras.org.br

Site: [www.comitemacaeostras.org.br](http://www.comitemacaeostras.org.br)

### Relatório da Reunião Conjunta da Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão e do Grupo Trabalho de Cobrança

**Data da reunião: 01 de agosto de 2025**

**Tipo de Reunião:** ( . ) Ordinária ( .X.) Extraordinária

#### **Pauta da reunião:**

1 – Debate sobre novo posicionamento dos usuários acerca da proposta de aumento do PPU;

**Coordenador:** Juliana Gomes

**Coordenador Adjunto:** Thiêrs Porfirio

**Relator:** Thiago Cardoso

#### **Componentes Presentes:**

Livia Xavier	Prefeitura Municipal de Macaé
Juliana Gomes	Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Rio das Ostras
Eduardo Bini	Centro de Estudos e Conservação da Natureza
Maria Inês Paes	IFF-Macaé
Reginaldo Ramos	Companhia Estadual de Águas e Esgotos
Raphaella Ferreira	Marlim Azul Energia S.A.
Thiers Porfirio	Instituto Visão Social
Mauro Calixto	Vale Azul Energia
Marcelo Acha	Associação dos Gestores Ambientais de Nova Friburgo
Marilúcia Soares	Associação de Mor. e Pro.Rurais da Gleba Maria Amália
Affonso Albuquerque	EMATER-RJ
Bernard Vecci	Águas de Nova Friburgo S.A.
Luiza Gonçalves	Rio + Saneamento BL3 S.A.
Otávio Martins	BRK Ambiental
Lucas Bernardes	MPERJ

#### **Convidados:**

Daniele Pereira	CILSJ
Thiago Cardoso	CILSJ

### RELATÓRIO

Para facilitar a visualização, os números nos parágrafos correspondem aos números dos itens de pauta.

1. A reunião começou com as saudações iniciais entre os participantes, como Daniele Pereira, Thiêrs, Eduardo Bini, Leonardo Machado, Marcelo e Maria Inês. A Sra. Maria Inês, atuando como presidente da reunião, agradeceu e explicou que estavam aguardando o quórum necessário e a chegada dos demais membros, incluindo Afonso, coordenador do GT Cobrança e vice-presidente. A Sra. Maria Inês solicitou ao CILSJ que fizesse a contagem do quórum. Ela notou a presença da Sra. Juliana Gomes Paula, a coordenadora da CTIG, e

## COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS MACAÉ E DAS OSTRAS

Rua Santa Catarina 219, 5º Andar, Salas 502 e 503, Extensão do Bosque – Rio das Ostras-RJ.

Telefone: (22) 3034-2358 :: E-mail: [contato@comitemacaeostras.org.br](mailto:contato@comitemacaeostras.org.br)

Site: [www.comitemacaeostras.org.br](http://www.comitemacaeostras.org.br)

declarou que, com a presença de Juliana, passaria a coordenação da reunião conjunta para ela, já que, na ausência de coordenadores, a presidência deveria conduzir o momento inicial. A Sra. Maria Inês mencionou que iria demandar a presença de Afonso, que era técnico da Emater, e pediu a Sra. Juliana que procedesse com a contagem do quórum, considerando que tinham convidados e vários pontos de pauta.

1. A Sra. Maria Inês fez uma sugestão a Juliana sobre a condução da reunião. Ela sugeriu que as duas manifestações que foram encaminhadas aos membros — a do setor usuário e a da sociedade civil — fossem apresentadas por um representante de cada grupo. A ideia era ter um representante de cada setor para falar rapidamente sobre suas manifestações (que eram longas), de modo a adiantar o processo. Após as manifestações, eles fariam um encaminhamento por enquete para decidir se fariam uma alteração na resolução da CTIG já apreciada ou se manteriam o texto. A Sra. Maria Inês também contextualizou a realização da reunião extraordinária. Ela explicou que o membro Thièrs estava em um trabalho de campo com um grupo de pescadores da América Latina e africanos, em conjunto com a Sra. Thayná da SOS Pecado, para conhecer a região e as características da pesca local. Como esse trabalho estava previamente agendado, eles combinaram de fazer uma reunião extraordinária da CTIG para apreciar a questão do PL 2159/2021, conhecido como PL da Devastação. Ela esclareceu que a diretoria do Comitê já fez uma moção de repúdio ao PL e que planejavam detalhar a questão em uma nota técnica para ser encaminhada à Presidência da República. O Sr. Thièrs, por sua vez, pediu desculpas por não ter cumprido com seu papel devido ao evento, agradeceu o apoio na luta contra o PL da Devastação e confirmou que iriam produzir a nota técnica para a próxima reunião. A Sra. Juliana aceitou a proposta de Maria Inês para a discussão e pediu à Sra. Daniele que projetasse a minuta de resolução que foi inicialmente debatida. A Sra. Maria Inês esclareceu que a minuta foi encaminhada para cumprir o prazo acordado na plenária, mas aguardavam a manifestação dos usuários por trinta dias para que eles tivessem a condição de solicitar uma apreciação. Ela ressaltou que a minuta já havia sido debatida na CTIL.
1. A Sra. Juliana confirmou a proposta de dar voz aos representantes. O Sr. Fernando Medina, do segmento de usuários, candidatou-se a fazer a defesa do posicionamento, seguindo a ordem cronológica solicitada por Sra. Maria Inês, a saber: manifestação do setor usuário primeiro, pois a manifestação da sociedade civil foi encaminhada depois e o citava. O Sr. Fernando Medina explicou que, após a última plenária onde pleitearam um prazo adicional, a empresa fez análises internas. Ele afirmou que informações financeiras relevantes (como as relacionadas à governança e gestão da empresa) eram de desconhecimento dos representantes na plenária. Após a análise da minuta para avaliação financeira, o pessoal interno trouxe informações que eram "preocupantes" em termos de gestão. O Sr. Thièrs interveio e disse que leu a carta, mas que sentiu falta dos argumentos técnicos e dos "números técnicos mágicos" que não viram na manifestação. O Sr. Fernando Medina respondeu que não eram números mágicos, mas sim "números auditáveis via balanço financeiro das empresas" (baseados nas metodologias do "produto cinco") e pediu cordialidade. Ele contextualizou a situação, mencionando o apagão elétrico do final dos anos noventa e o Programa Prioritário de Térmicas que o governo federal criou para garantir estabilidade no fornecimento elétrico. O governo ofereceu incentivos financeiros para que empresas desenvolvessem esses projetos. Grande parte das térmicas veio desse programa, com

## COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS MACAÉ E DAS OSTRAS

Rua Santa Catarina 219, 5º Andar, Salas 502 e 503, Extensão do Bosque – Rio das Ostras-RJ.

Telefone: (22) 3034-2358 :: E-mail: [contato@comitemacaeostras.org.br](mailto:contato@comitemacaeostras.org.br)

Site: [www.comitemacaeostras.org.br](http://www.comitemacaeostras.org.br)

contratos de geração de energia negociados por 15 a 20 anos. Ele deu o exemplo da EDF Norte Fluminense, empresa que representava, cujo contrato se encerrou em dezembro de 2024. Ele apontou que a receita do projeto, no primeiro semestre do ano, era de apenas 0,5% da receita do primeiro semestre do ano anterior, na vigência do contrato. Por isso, a mensagem interna que recebeu foi de que não cabia "nenhum aumento". O Sr. Fernando disse que fez um esforço para viabilizar a manutenção minimamente do primeiro patamar de aumento. Ele concluiu que a metodologia utilizada no Produto 08 do Programa de Regularização do Uso de Água (RUA) elaborado pelo CBH Macaé Ostras em 2024 não se aplicava mais, pois baseou-se em um passado que não se repetiria. Ele afirmou ser um equívoco pautar a cobrança (PPU) a partir da receita líquida, pois o cenário energético atual não repetia o contexto anterior de incentivos. Ele encerrou sua fala perguntando se algum outro membro do setor usuário gostaria de complementar.

1. A Sra. Raphaela concordou e reforçou o argumento do Sr. Fernando Medina, dizendo que ele colocou "muito bem" a questão da mudança de cenário. Ela acrescentou outros pontos da carta do segmento dos usuários. Ela explicou que o aumento proposto de R\$ 0,084 para R\$ 0,15 centavos (fora a correção pelo IPCA) significaria um aumento de mais de 150% no final do escalonamento proposto. Raphaela detalhou que o próprio aumento inicial para R\$ 0,084 (valor fixado para o saneamento) incidiria em 22%, podendo chegar a 28% com a projeção do IPCA para o ano seguinte. Ela argumentou que um aumento expressivo do PPU de quase 30% de um ano para o outro não era visto em nenhum outro imposto ou tarifa, afirmando que não existia paralelo. Ela usou o exemplo de que, se o IPTU aumentasse 30%, toda a sociedade estaria protestando, e que, em aumentos de tarifas, deveria haver "modicidade tarifária", "justiça tributária" e "proporcionalidade". Ela disse que esses princípios não pareciam terem sido considerados na proposta de escalonamento para R\$ 0,15, o que trazia "insegurança jurídica". Raphaela questionou o embasamento da proposta, que utilizou a bacia do Ceará (com PPU de R\$ 0,15) como paralelo, alegando que o cenário de disponibilidade hídrica do Ceará era "extremamente diferente" da bacia do Macaé e das Ostras. Ela afirmou que, mesmo que o PPU fosse para R\$ 0,084 (o mesmo valor do saneamento), a bacia do Macaé já seria a segunda com maior PPU do estado. Ela argumentou que, se a remuneração estava associada a investimentos em conservação, não parecia razoável ter o segundo maior PPU, enquanto outras bacias, como a do Guandu, tinham uma situação de vulnerabilidade ecológica muito maior. A representante reforçou o apoio do setor usuário à cobrança e ao aumento do PPU a partir do ano seguinte, mas solicitou que fosse fixado em R\$ 0,084 (mais IPCA), o que trouxe "proporcionalidade, modicidade tarifária, isonomia e segurança jurídica", e não gerou uma "carga desproporcional" ou penalizou o setor elétrico.
1. O Sr. Thièrs falou pela sociedade civil, reconhecendo a justiça da manifestação dos usuários, pois sabia que a conta chegava para todos. No entanto, ele declarou que a sociedade civil não via argumentos suficientes para manter a proposta do setor usuário. Ele afirmou que a bacia de Macaé não era muito diferente da bacia do Ceará e citou que as previsões científicas (do NUPEM, UENF, IFF) sobre mudanças climáticas eram "muito ruins", mostrando um "declínio da quantidade e da qualidade" da água. Ele destacou que a falta de investimento em recuperação de nascentes e matas ciliares levaria a um colapso que prejudicaria todos os setores, principalmente o energético, o que consumia mais água e consumiria ainda mais com

## COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS MACAÉ E DAS OSTRAS

Rua Santa Catarina 219, 5º Andar, Salas 502 e 503, Extensão do Bosque – Rio das Ostras-RJ.

Telefone: (22) 3034-2358 :: E-mail: contato@comitemacaeostras.org.br

Site: [www.comitemacaeostras.org.br](http://www.comitemacaeostras.org.br)

novos projetos (novo porto, projeto Raia, Pampa, termelétricas como Itupã e Jaci). O Sr. Thièrs mencionou que os projetos de investimento estavam parados (Barra do Sana, Rio Ouriços, Dantas, São Pedro) e que a situação era agravada pela gestão de uma usina hidrelétrica que decidia quando liberar a água. Ele pediu para ponderar, dizendo que a contribuição dos setores era importantíssima para que os programas avançassem. Ele refutou a comparação com o restante do estado, argumentando que a decisão era da Região Hidrográfica (RH) de Macaé e das Ostras e que a bacia não tinha a quantidade de recursos que o Guandu ou a Baía de Guanabara tinham. Ele relatou que, no alto da cabeceira do Sana, uma nascente estava seca no pasto e outra lutava para sobreviver. Ele mencionou que a Cedae informou na última reunião do grupo de trabalho que estavam captando com bombas submersíveis porque não tinham água suficiente, o que demonstrava a gravidade da situação. O Sr. Thièrs discordou da necessidade de manter a isonomia, alegando que o "impacto social não é isonômico" e que outros CBHs já diferenciaram isso. Ele afirmou que a situação era muito mais problemática na bacia do que estava sendo pintada e criticou o fato de os dados de vazão serem de 2002. Ele defendeu que o escalonamento garantiu a viabilidade econômica e respeitou a modicidade, pois previa um "crescimento gradual" e dava tempo para as empresas provisionarem os recursos. Ele manteve o tom crítico, pedindo desculpas ao Sr. Fernando pela expressão "números mágicos" e reafirmando que a sociedade civil não podia aceitar a proposta dos grandes usuários por "incoerência dos argumentos". O Sr. Thièrs registrou a incoerência dos setores que alegaram impacto social, mas que não pensaram no subsídio e no aumento de luz para os mais vulneráveis. Ele mencionou que o setor elétrico teve subsídios por anos e ganharia mais, mas a conta de luz dos cidadãos aumentou devido à bandeira vermelha patamar 2, sem que ninguém perguntasse se podiam pagar. Por fim, ele revelou que os usuários que participaram da oficina realizada pelo CBH em maio (Termomacaé Mário Lago, Águas de Nova Friburgo, Cedae) aprovaram o escalonamento e que quem estava se queixando não participou, caracterizando uma "omissão do setor do grupo de usuários". Ele concluiu que tudo foi feito dentro da legalidade e solicitou ao representante do Ministério Público (Dr. Lucas) que se manifestasse sobre a possibilidade de judicialização. A Sra. Maria Inês manteve o apoio da sociedade civil à minuta. Ela pediu a Sra. Daniele que projetasse o item 5 ("Risco de Retrocesso Institucional") da manifestação da sociedade civil. A Sra. Maria Inês solicitou uma reflexão, lembrou que a sociedade civil estava tentando assegurar "qualidade e quantidade" de água para as futuras gerações (citando a Lei das Águas) e explicou que o aumento visava incrementar a capacidade futura de investimento do Comitê, que tinha muitas demandas (como a integração com a gestão costeira e a voz de pequenos usuários). Ela reafirmou a necessidade do aumento escalonado do PPU, especialmente por quem podia pagar mais, e concluiu que o setor elétrico tinha capacidade de investimento para se programar. Ela reafirmou o apoio "integral à aprovação imediata da resolução com os valores escalonados" para garantir que não perdessem os prazos para 2026.

1. A Sra. Raphaela começou sua réplica afirmando que todos no fórum concordavam com a importância da cobrança e arrecadação do PPU (Preço Público Unitário), reafirmando que a questão em jogo era fazê-lo de forma justa e proporcional entre todos os setores. Ela rebateu o argumento da sociedade civil sobre "risco de retrocesso e perda institucional", defendendo que a manifestação e a proposta alternativa do setor usuário eram "legítimas" e faziam parte do seu direito de participação no Comitê. Ela enfatizou que o setor não queria "atrasar" nem

## COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS MACAÉ E DAS OSTRAS

Rua Santa Catarina 219, 5º Andar, Salas 502 e 503, Extensão do Bosque – Rio das Ostras-RJ.

Telefone: (22) 3034-2358 :: E-mail: contato@comitemacaeostras.org.br

Site: [www.comitemacaeostras.org.br](http://www.comitemacaeostras.org.br)

"perder" o processo. Em seguida, ela esclareceu a relação entre a bandeira tarifária e a receita das termelétricas, corrigindo a percepção de que a bandeira vermelha aumentava o lucro das térmicas:

- Ela afirmou que a bandeira vermelha não tinha qualquer relação com o aumento de receita das térmicas.
- Explicou que a bandeira vermelha era um custo do agente regulatório ANEEL para cobrir o custo do sistema elétrico, e não fazia "nenhuma diferença na receita das térmicas".
- Detalhou que a receita das térmicas vinha de um preço fixo definido em leilão, reajustado por IPCA, mas não era rediscutido. O aumento da tarifa para o consumidor residencial em bandeira vermelha ia para um fundo de compensação regulado pela ANEEL, e não para o lucro das usinas térmicas.
- Enfatizou que a cobrança do PPU na bacia era sobre o valor outorgado, e não sobre o valor consumido. Consequentemente, as térmicas pagariam o PPU mesmo sem gerar energia (e sem gerar receita), o que tornava o aumento de 120% a 150% do PPU penalizador para o setor termoelétrico.

Ela concordou com a menção do Sr. Thièrs sobre novos projetos, mas salientou que o novo projeto da Marlin Azul 2 seria construído com aerocondensadores, o que não demandaria "nenhum metro cúbico a mais de água", mantendo a outorga atual. Para finalizar, a Sra. Raphaela Ferreira propôs um caminho a seguir:

1. Apoiar o aumento do PPU de forma isonômica e homogênea para todos os setores (no valor de R\$ 0,084 + IPCA, conforme proposto pelo setor usuário).
2. Rediscutir a situação em um segundo momento, com base nos resultados da atualização do Plano de Recursos Hídricos da Bacia, que estava em fase final de contratação.
3. Reconhecer a necessidade de aumento de recursos, mas associar isso a um aumento de eficiência na gestão desses recursos, já que existia dinheiro no Comitê que não foi possível aplicar em projetos por "motivos diversos".

Ela encerrou a fala reafirmando o apoio ao aumento, desde que fosse feito de forma justa, isonômica e equilibrada.

1. Houve um breve debate técnico entre a Sra. Raphaela Ferreira e a Sra. Maria Inês e o Sr. Thièrs sobre a bandeira vermelha. A Sra. Maria Inês perguntou se, numa situação hipotética de escassez hídrica, a geração pelas térmicas resultaria em uma receita maior para elas. A Sra. Raphaela reiterou que a receita da térmica dependia da quantidade de geração, mas o valor da remuneração por megawatt/hora era fixo (definido em leilão) e independia da bandeira tarifária (verde, amarela ou vermelha) definida pela ANEEL. O Sr. Thièrs contestou com uma nota da ANEEL que afirmava que o aumento da bandeira tarifária estaria "diretamente ligado ao uso de usinas termelétricas". A Sra. Raphaela explicou novamente que o dinheiro arrecadado com a bandeira vermelha (o valor a mais que o consumidor paga) não ia para o lucro das termelétricas, mas sim para o fundo de compensação da ANEEL, para cobrir os custos de acionamento de outras térmicas. O Sr. Thièrs aceitou o esclarecimento, admitindo que a sociedade civil associou o aumento da conta diretamente ao lucro das térmicas.

## COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS MACAÉ E DAS OSTRAS

Rua Santa Catarina 219, 5º Andar, Salas 502 e 503, Extensão do Bosque – Rio das Ostras-RJ.

Telefone: (22) 3034-2358 :: E-mail: [contato@comitemacaeostras.org.br](mailto:contato@comitemacaeostras.org.br)

Site: [www.comitemacaeostras.org.br](http://www.comitemacaeostras.org.br)

1. Após a réplica do setor usuário, a sociedade civil fez suas últimas considerações, reforçando o foco na proteção da água. A Sra. Leideane iniciou seu apelo descrevendo a difícil situação na cabeceira do rio Macaé, onde vive: nascentes estão secando devido à especulação imobiliária, e ela depende da chuva para ter água. Ela expressou tristeza por transformar um bem como a água — que gera lucro para empresas — em algo pequeno na discussão. A Sra. Leideane argumentou que o aumento do valor (PPU) era necessário para proteger o recurso que garante o lucro das termelétricas e outras empresas. Ela confirmou que a proposta da Sociedade Civil era um escalonamento de 8, 11, 13, e 15 centavos (chegando a 15 em 2029), enquanto o Setor Usuário propunha 8 centavos fixos (reajustados pelo IPCA). Propôs um meio-termo para que "todos saiam ganhando," sugerindo um escalonamento com um valor máximo abaixo de 15 centavos (como 11 ou 12), para que houvesse recurso suficiente para proteger as nascentes, o "bem maior." O Sr. Leonardo corroborou a proposta de Leideane, sugerindo um patamar de 11 ou 12 centavos. Ele desafiou as empresas a terem "ações condizentes com seus discursos de sustentabilidade", alegando que os fatos (mudanças climáticas, crise hídrica) exigiam um "exercício, algo a mais" por parte delas. O Sr. Afonso defendeu a proposta atual da minuta de resolução, que era resultado de um longo estudo do Comitê. Ele reforçou que qualquer outra proposta poderia ser discutida no ano seguinte, até junho. O Sr. Afonso mencionou que a cobrança deveria evoluir para incluir a qualidade da água, e criticou o fato de o Comitê ter que depender de doações para financiar o Plano de Recursos Hídricos. O Sr. Lucas Bernardes esclareceu que a decisão do Comitê de Bacia sobre o valor da cobrança era soberana, desde que não houvesse ilegalidade. Ele informou que qualquer parte em discordância tinha o direito de recorrer ao Judiciário, onde o MPERJ poderia ser chamado a se manifestar.
  
1. Houve um debate final entre a Sra. Raphaela e a Sra. Maria Inês para clarificar as opções de voto. O entendimento Inicial da presidência seria que a enquete votaria entre (1) manter a minuta (escalonamento até 15 centavos) ou (2) alterar a minuta (o que levaria a uma nova discussão na CTIL). A Sra. Raphaela corrigiu que a proposta do Setor Usuário não era apenas para 2026, mas sim para fixar o PPU em R\$ 0,084 mais IPCA para os próximos quatro anos, resultando em um escalonamento apenas inflacionário. A Sra. Maria Inês e a Sra. Raphaela concordaram em simplificar a votação para duas opções principais, que definiriam o destino da proposta:
  - Proposta 1 (Manter a Minuta Original): Mantém o escalonamento do PPU até 15 centavos (8, 11, 13, 15), conforme já aprovado na CTIL e encaminhado para a plenária.
  - Proposta 2 (Aceitar a Manifestação dos Usuários): Fixa o PPU em R\$ 0,084 mais IPCA para os próximos quatro anos, não havendo escalonamento além da inflação.
  - Opção Adicional: Abstenção.
  
1. O Sr. Reginaldo fez um apelo para se evitar o litígio judicial, argumentando que ir à justiça poderia resultar na manutenção do valor atual de R\$ 0,06 o que seria ruim para todos. Ele destacou que o aumento imediato do PPU para R\$ 0,08 representa um aumento significativo (cerca de 22% a 28%), o que garantiria um fluxo financeiro importante para o Comitê. Por exemplo, a CEDAE contribuiria com cerca de R\$ 250.000,00 a mais anualmente, um valor que, somado ao de outros usuários, poderia ser usado nos projetos de proteção de mananciais e nascentes. Ele sugeriu votar para o aumento em 2026 (R\$ 0,08 + IPCA) e abrir a discussão

## COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS MACAÉ E DAS OSTRAS

Rua Santa Catarina 219, 5º Andar, Salas 502 e 503, Extensão do Bosque – Rio das Ostras-RJ.

Telefone: (22) 3034-2358 :: E-mail: contato@comitemacaeostras.org.br

Site: [www.comitemacaeostras.org.br](http://www.comitemacaeostras.org.br)

do escalonamento para os anos subsequentes nas câmaras técnicas (CTIL), buscando um consenso. O Sr. Thiers discordou do apelo do Sr. Reginaldo, afirmando que a proposta fixa de R\$ 0,08 centavos não atende às necessidades da sociedade civil. Ele explicou que um único projeto de restauração de 50 hectares, conforme exigido pela normativa do INEA, custa R\$ 3,25 milhões em cinco anos. Portanto, R\$250.000,00 a mais vindos de um único usuário seriam insuficientes, considerando a necessidade de investimento em mais de três mil nascentes. Para a sociedade civil, a proposta original de escalonamento seria a única que contempla o investimento necessário. Foi decidido que o Comitê decida sobre a minuta já encaminhada ao CERHI, com as seguintes opções:

1. Manter a Minuta de Resolução Original: Aprovar o escalonamento do PPU, que sai de R\$ 0,084 em 2026 e chega a R\$ 0,15 em 2029 (manutenção da proposta anterior).
2. Alterar a Minuta de Resolução: Rejeitar a proposta de escalonamento, o que implicaria a rediscussão dos valores (seja para fixar em R\$ 0,08, seja para buscar um novo escalonamento), provavelmente na próxima reunião da CTIL.
3. Abstenção.

1. O resultado da votação sobre o Preço Público Unitário (PPU) foi definido após um intenso debate, com 14 membros votantes elegíveis participando.

As opções de voto eram:


1. Manter a Minuta da Resolução como está: Aprovar o escalonamento do PPU, que sairia de R\$ 0,084 em 2026 e chegaria a R\$ 0,15 em 2029 (a proposta original levada ao CERHI).
2. Alterar a Minuta da Resolução através de outro debate: Rejeitar o escalonamento, forçando a rediscussão dos valores em uma nova instância, como a CTIL (a proposta dos usuários).
3. Abstenção.

A proposta de “Manter a Minuta de Resolução” obteve a maioria, com 7 votos (50% do total). A opção de “Alterar a Minuta da Resolução” recebeu 5 votos (36%). Houve ainda 2 abstenções (14%) dos votantes. Com o resultado indicando a preferência pela manutenção do escalonamento, a coordenação da reunião confirmou que o debate e o encaminhamento final da proposta seriam levados para a reunião seguinte da CTIL.

### Encaminhamentos:

1. Com o resultado, Juliana Gomes Paula e Maria Inês confirmaram que o debate seria levado para a reunião da CTIL, que estava marcada para começar logo em seguida.

*Aprovação em 10/10/2025.*

Documento assinado digitalmente  
 **JULIANA GOMES PAULA**  
Data: 10/10/2025 15:07:27-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**JULIANA GOMES PAULA**  
Coordenadora da CTIG



## COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS MACAÉ E DAS OSTRAS

Rua Santa Catarina 219, 5º Andar, Salas 502 e 503, Extensão do Bosque – Rio das Ostras-RJ.

Telefone: (22) 3034-2358 :: E-mail: [contato@comitemacaeostras.org.br](mailto:contato@comitemacaeostras.org.br)

Site: [www.comitemacaeostras.org.br](http://www.comitemacaeostras.org.br)

  
**AFFONSO HENRIQUE DE ALBUQUERQUE JUNIOR**  
Coordenador GT Cobrança



Consórcio Intermunicipal Ambiental Lagos São João – CILSJ  
Entidade Delegatária do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Rios Macaé e das Ostras

Tel.: +55 (22) 98841-2358

[www.cilsj.org.br](http://www.cilsj.org.br)

## COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS MACAÉ E DAS OSTRAS

Rua Santa Catarina 219, 5º Andar, Salas 502 e 503, Extensão do Bosque – Rio das Ostras-RJ.

Telefone: (22) 3034-2358 :: E-mail: contato@comitemacaeostras.org.br

Site: [www.comitemacaeostras.org.br](http://www.comitemacaeostras.org.br)

### Relatório da Reunião Conjunta da Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão e do Grupo Trabalho de Cobrança

**Data da reunião: 01 de agosto de 2025**

**Tipo de Reunião:** (.X.) Ordinária ( . . ) Extraordinária

#### Pauta da reunião:

- 1 - Debate sobre novo posicionamento dos usuários acerca da proposta de aumento do PPU;
- 2 - Debate para realização de Seminário de Saneamento em 2026;
- 3 - Informativos gerais sobre a execução do Programa R.U.A., IQA e PMSBRO;
- 4 - Debate sobre o PL 2159/2021.

**Coordenador:** Juliana Gomes

**Coordenador Adjunto:** Thiers Porfirio

**Relator:** Thiago Cardoso

#### Componentes Presentes:

Livia Xavier	Prefeitura Municipal de Macaé
Juliana Gomes	Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Rio das Ostras
Eduardo Bini	Centro de Estudos e Conservação da Natureza
Maria Inês Paes	IFF-Macaé
Reginaldo Ramos	Companhia Estadual de Águas e Esgotos
Raphaela Ferreira	Marlim Azul Energia S.A.
Thiers Porfirio	Instituto Visão Social
Mauro Calixto	Vale Azul Energia
Marcelo Acha	Associação dos Gestores Ambientais de Nova Friburgo
Marilúcia Soares	Associação de Mor. e Pro.Rurais da Gleba Maria Amália
Afonso Albuquerque	EMATER-RJ
Bernard Vecci	Águas de Nova Friburgo S.A.
Luiza Gonçalves	Rio + Saneamento BL3 S.A.
Otávio Martins	BRK Ambiental
Lucas Bernardes	MPERJ

#### Convidados:

Daniele Pereira	CILSJ
Thiago Cardoso	CILSJ

### RELATÓRIO

Para facilitar a visualização, os números nos parágrafos correspondem aos números dos itens de pauta.

1. A reunião começou com as saudações iniciais entre os participantes, como Daniele Pereira, Thiers, Eduardo Bini, Leonardo Machado, Marcelo e Maria Inês. A Sra. Maria Inês, atuando como presidente da reunião, agradeceu e explicou que estavam aguardando o quórum necessário e a chegada dos demais membros, incluindo Afonso, coordenador do GT

## COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS MACAÉ E DAS OSTRAS

Rua Santa Catarina 219, 5º Andar, Salas 502 e 503, Extensão do Bosque – Rio das Ostras-RJ.

Telefone: (22) 3034-2358 :: E-mail: contato@comitemacaeostras.org.br

Site: [www.comitemacaeostras.org.br](http://www.comitemacaeostras.org.br)

Cobrança e vice-presidente. A Sra. Maria Inês solicitou ao CILSJ que fizesse a contagem do quórum. Ela notou a presença da Sra. Juliana Gomes Paula, a coordenadora da CTIG, e declarou que, com a presença de Juliana, passaria a coordenação da reunião conjunta para ela, já que, na ausência de coordenadores, a presidência deveria conduzir o momento inicial. A Sra. Maria Inês mencionou que iria demandar a presença de Afonso, que era técnico da Emater, e pediu a Sra. Juliana que procedesse com a contagem do quórum, considerando que tinham convidados e vários pontos de pauta.

1. A Sra. Maria Inês fez uma sugestão a Juliana sobre a condução da reunião. Ela sugeriu que as duas manifestações que foram encaminhadas aos membros — a do setor usuário e a da sociedade civil — fossem apresentadas por um representante de cada grupo. A ideia era ter um representante de cada setor para falar rapidamente sobre suas manifestações (que eram longas), de modo a adiantar o processo. Após as manifestações, eles fariam um encaminhamento por enquete para decidir se fariam uma alteração na resolução da CTIG já apreciada ou se manteriam o texto. A Sra. Maria Inês também contextualizou a realização da reunião extraordinária. Ela explicou que o membro Thièrs estava em um trabalho de campo com um grupo de pescadores da América Latina e africanos, em conjunto com a Sra. Thayná da SOS Pecado, para conhecer a região e as características da pesca local. Como esse trabalho estava previamente agendado, eles combinaram de fazer uma reunião extraordinária da CTIG para apreciar a questão do PL 2159/2021, conhecido como PL da Devastação. Ela esclareceu que a diretoria do Comitê já fez uma moção de repúdio ao PL e que planejavam detalhar a questão em uma nota técnica para ser encaminhada à Presidência da República. O Sr. Thièrs, por sua vez, pediu desculpas por não ter cumprido com seu papel devido ao evento, agradeceu o apoio na luta contra o PL da Devastação e confirmou que iriam produzir a nota técnica para a próxima reunião. A Sra. Juliana aceitou a proposta de Maria Inês para a discussão e pediu à Sra. Daniele que projetasse a minuta de resolução que foi inicialmente debatida. A Sra. Maria Inês esclareceu que a minuta foi encaminhada para cumprir o prazo acordado na plenária, mas aguardavam a manifestação dos usuários por trinta dias para que eles tivessem a condição de solicitar uma apreciação. Ela ressaltou que a minuta já havia sido debatida na CTIL.
1. A Sra. Juliana confirmou a proposta de dar voz aos representantes. O Sr. Fernando Medina, do segmento de usuários, candidatou-se a fazer a defesa do posicionamento, seguindo a ordem cronológica solicitada por Sra. Maria Inês, a saber: manifestação do setor usuário primeiro, pois a manifestação da sociedade civil foi encaminhada depois e o citava. O Sr. Fernando Medina explicou que, após a última plenária onde pleitearam um prazo adicional, a empresa fez análises internas. Ele afirmou que informações financeiras relevantes (como as relacionadas à governança e gestão da empresa) eram de desconhecimento dos representantes na plenária. Após a análise da minuta para avaliação financeira, o pessoal interno trouxe informações que eram "preocupantes" em termos de gestão. O Sr. Thièrs interveio e disse que leu a carta, mas que sentiu falta dos argumentos técnicos e dos "números técnicos mágicos" que não viram na manifestação. O Sr. Fernando Medina respondeu que não eram números mágicos, mas sim "números auditáveis via balanço financeiro das empresas" (baseados nas metodologias do "produto cinco") e pediu cordialidade. Ele contextualizou a situação, mencionando o apagão elétrico do final dos anos noventa e o Programa Prioritário de Térmicas que o governo federal criou para garantir estabilidade no

## COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS MACAÉ E DAS OSTRAS

Rua Santa Catarina 219, 5º Andar, Salas 502 e 503, Extensão do Bosque – Rio das Ostras-RJ.

Telefone: (22) 3034-2358 :: E-mail: [contato@comitemacaeostras.org.br](mailto:contato@comitemacaeostras.org.br)

Site: [www.comitemacaeostras.org.br](http://www.comitemacaeostras.org.br)

fornecimento elétrico. O governo ofereceu incentivos financeiros para que empresas desenvolvessem esses projetos. Grande parte das térmicas veio desse programa, com contratos de geração de energia negociados por 15 a 20 anos. Ele deu o exemplo da EDF Norte Fluminense, empresa que representava, cujo contrato se encerrou em dezembro de 2024. Ele apontou que a receita do projeto, no primeiro semestre do ano, era de apenas 0,5% da receita do primeiro semestre do ano anterior, na vigência do contrato. Por isso, a mensagem interna que recebeu foi de que não cabia "nenhum aumento". O Sr. Fernando disse que fez um esforço para viabilizar a manutenção minimamente do primeiro patamar de aumento. Ele concluiu que a metodologia utilizada no Produto 08 do Programa de Regularização do Uso de Água (RUA) elaborado pelo CBH Macaé Ostras em 2024 não se aplicava mais, pois baseou-se em um passado que não se repetiria. Ele afirmou ser um equívoco pautar a cobrança (PPU) a partir da receita líquida, pois o cenário energético atual não repetia o contexto anterior de incentivos. Ele encerrou sua fala perguntando se algum outro membro do setor usuário gostaria de complementar.

1. A Sra. Raphaela concordou e reforçou o argumento do Sr. Fernando Medina, dizendo que ele colocou "muito bem" a questão da mudança de cenário. Ela acrescentou outros pontos da carta do segmento dos usuários. Ela explicou que o aumento proposto de R\$ 0,084 para R\$ 0,15 centavos (fora a correção pelo IPCA) significaria um aumento de mais de 150% no final do escalonamento proposto. Raphaela detalhou que o próprio aumento inicial para R\$ 0,084 (valor fixado para o saneamento) incidiria em 22%, podendo chegar a 28% com a projeção do IPCA para o ano seguinte. Ela argumentou que um aumento expressivo do PPU de quase 30% de um ano para o outro não era visto em nenhum outro imposto ou tarifa, afirmando que não existia paralelo. Ela usou o exemplo de que, se o IPTU aumentasse 30%, toda a sociedade estaria protestando, e que, em aumentos de tarifas, deveria haver "modicidade tarifária", "justiça tributária" e "proporcionalidade". Ela disse que esses princípios não pareciam terem sido considerados na proposta de escalonamento para R\$ 0,15, o que trazia "insegurança jurídica". Raphaela questionou o embasamento da proposta, que utilizou a bacia do Ceará (com PPU de R\$ 0,15) como paralelo, alegando que o cenário de disponibilidade hídrica do Ceará era "extremamente diferente" da bacia do Macaé e das Ostras. Ela afirmou que, mesmo que o PPU fosse para R\$ 0,084 (o mesmo valor do saneamento), a bacia do Macaé já seria a segunda com maior PPU do estado. Ela argumentou que, se a remuneração estava associada a investimentos em conservação, não parecia razoável ter o segundo maior PPU, enquanto outras bacias, como a do Guandu, tinham uma situação de vulnerabilidade ecológica muito maior. A representante reforçou o apoio do setor usuário à cobrança e ao aumento do PPU a partir do ano seguinte, mas solicitou que fosse fixado em R\$ 0,084 (mais IPCA), o que trouxe "proporcionalidade, modicidade tarifária, isonomia e segurança jurídica", e não gerou uma "carga desproporcional" ou penalizou o setor elétrico.
1. O Sr. Thièrs falou pela sociedade civil, reconhecendo a justiça da manifestação dos usuários, pois sabia que a conta chegava para todos. No entanto, ele declarou que a sociedade civil não via argumentos suficientes para manter a proposta do setor usuário. Ele afirmou que a bacia de Macaé não era muito diferente da bacia do Ceará e citou que as previsões científicas (do NUPEM, UENF, IFF) sobre mudanças climáticas eram "muito ruins", mostrando um "declínio da quantidade e da qualidade" da água. Ele destacou que a falta de investimento

## COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS MACAÉ E DAS OSTRAS

Rua Santa Catarina 219, 5º Andar, Salas 502 e 503, Extensão do Bosque – Rio das Ostras-RJ.

Telefone: (22) 3034-2358 :: E-mail: [contato@comitemacaeostras.org.br](mailto:contato@comitemacaeostras.org.br)

Site: [www.comitemacaeostras.org.br](http://www.comitemacaeostras.org.br)

em recuperação de nascentes e matas ciliares levaria a um colapso que prejudicaria todos os setores, principalmente o energético, o que consumia mais água e consumiria ainda mais com novos projetos (novo porto, projeto Raia, Pampa, termelétricas como Itupã e Jaci). O Sr. Thièrs mencionou que os projetos de investimento estavam parados (Barra do Sana, Rio Ouriços, Dantas, São Pedro) e que a situação era agravada pela gestão de uma usina hidrelétrica que decidia quando liberar a água. Ele pediu para ponderar, dizendo que a contribuição dos setores era importantíssima para que os programas avançassem. Ele refutou a comparação com o restante do estado, argumentando que a decisão era da Região Hidrográfica (RH) de Macaé e das Ostras e que a bacia não tinha a quantidade de recursos que o Guandu ou a Baía de Guanabara tinham. Ele relatou que, no alto da cabeceira do Sana, uma nascente estava seca no pasto e outra lutava para sobreviver. Ele mencionou que a Cedae informou na última reunião do grupo de trabalho que estavam captando com bombas submersíveis porque não tinham água suficiente, o que demonstrava a gravidade da situação. O Sr. Thièrs discordou da necessidade de manter a isonomia, alegando que o "impacto social não é isonômico" e que outros CBHs já diferenciaram isso. Ele afirmou que a situação era muito mais problemática na bacia do que estava sendo pintada e criticou o fato de os dados de vazão serem de 2002. Ele defendeu que o escalonamento garantiu a viabilidade econômica e respeitou a modicidade, pois previa um "crescimento gradual" e dava tempo para as empresas provisionarem os recursos. Ele manteve o tom crítico, pedindo desculpas ao Sr. Fernando pela expressão "números mágicos" e reafirmando que a sociedade civil não podia aceitar a proposta dos grandes usuários por "incoerência dos argumentos". O Sr. Thièrs registrou a incoerência dos setores que alegaram impacto social, mas que não pensaram no subsídio e no aumento de luz para os mais vulneráveis. Ele mencionou que o setor elétrico teve subsídios por anos e ganharia mais, mas a conta de luz dos cidadãos aumentou devido à bandeira vermelha patamar 2, sem que ninguém perguntasse se podiam pagar. Por fim, ele revelou que os usuários que participaram da oficina realizada pelo CBH em maio (Termomacaé Mário Lago, Águas de Nova Friburgo, Cedae) aprovaram o escalonamento e que quem estava se queixando não participou, caracterizando uma "omissão do setor do grupo de usuários". Ele concluiu que tudo foi feito dentro da legalidade e solicitou ao representante do Ministério Público (Dr. Lucas) que se manifestasse sobre a possibilidade de judicialização. A Sra. Maria Inês manteve o apoio da sociedade civil à minuta. Ela pediu a Sra. Daniele que projetasse o item 5 ("Risco de Retrocesso Institucional") da manifestação da sociedade civil. A Sra. Maria Inês solicitou uma reflexão, lembrou que a sociedade civil estava tentando assegurar "qualidade e quantidade" de água para as futuras gerações (citando a Lei das Águas) e explicou que o aumento visava incrementar a capacidade futura de investimento do Comitê, que tinha muitas demandas (como a integração com a gestão costeira e a voz de pequenos usuários). Ela reafirmou a necessidade do aumento escalonado do PPU, especialmente por quem podia pagar mais, e concluiu que o setor elétrico tinha capacidade de investimento para se programar. Ela reafirmou o apoio "integral à aprovação imediata da resolução com os valores escalonados" para garantir que não perdessem os prazos para 2026.

1. A Sra. Raphaela começou sua réplica afirmando que todos no fórum concordavam com a importância da cobrança e arrecadação do PPU (Preço Público Unitário), reafirmando que a questão em jogo era fazê-lo de forma justa e proporcional entre todos os setores. Ela rebateu o argumento da sociedade civil sobre "risco de retrocesso e perda institucional", defendendo

## COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS MACAÉ E DAS OSTRAS

Rua Santa Catarina 219, 5º Andar, Salas 502 e 503, Extensão do Bosque – Rio das Ostras-RJ.

Telefone: (22) 3034-2358 :: E-mail: contato@comitemacaeostras.org.br

Site: [www.comitemacaeostras.org.br](http://www.comitemacaeostras.org.br)

que a manifestação e a proposta alternativa do setor usuário eram "legítimas" e faziam parte do seu direito de participação no Comitê. Ela enfatizou que o setor não queria "atrasar" nem "perder" o processo. Em seguida, ela esclareceu a relação entre a bandeira tarifária e a receita das termelétricas, corrigindo a percepção de que a bandeira vermelha aumentava o lucro das térmicas:

- Ela afirmou que a bandeira vermelha não tinha qualquer relação com o aumento de receita das térmicas.
- Explicou que a bandeira vermelha era um custo do agente regulatório ANEEL para cobrir o custo do sistema elétrico, e não fazia "nenhuma diferença na receita das térmicas".
- Detalhou que a receita das térmicas vinha de um preço fixo definido em leilão, reajustado por IPCA, mas não era rediscutido. O aumento da tarifa para o consumidor residencial em bandeira vermelha ia para um fundo de compensação regulado pela ANEEL, e não para o lucro das usinas térmicas.
- Enfatizou que a cobrança do PPU na bacia era sobre o valor outorgado, e não sobre o valor consumido. Consequentemente, as térmicas pagariam o PPU mesmo sem gerar energia (e sem gerar receita), o que tornava o aumento de 120% a 150% do PPU penalizador para o setor termoeletrico.

Ela concordou com a menção do Sr. Thièrs sobre novos projetos, mas salientou que o novo projeto da Marlin Azul 2 seria construído com aerocondensadores, o que não demandaria "nenhum metro cúbico a mais de água", mantendo a outorga atual. Para finalizar, a Sra. Raphaela Ferreira propôs um caminho a seguir:

1. Apoiar o aumento do PPU de forma isonômica e homogênea para todos os setores (no valor de R\$ 0,084 + IPCA, conforme proposto pelo setor usuário).
2. Rediscutir a situação em um segundo momento, com base nos resultados da atualização do Plano de Recursos Hídricos da Bacia, que estava em fase final de contratação.
3. Reconhecer a necessidade de aumento de recursos, mas associar isso a um aumento de eficiência na gestão desses recursos, já que existia dinheiro no Comitê que não foi possível aplicar em projetos por "motivos diversos".

Ela encerrou a fala reafirmando o apoio ao aumento, desde que fosse feito de forma justa, isonômica e equilibrada.

1. Houve um breve debate técnico entre a Sra. Raphaela Ferreira e a Sra. Maria Inês e o Sr. Thièrs sobre a bandeira vermelha. A Sra. Maria Inês perguntou se, numa situação hipotética de escassez hídrica, a geração pelas térmicas resultaria em uma receita maior para elas. A Sra. Raphaela reiterou que a receita da térmica dependia da quantidade de geração, mas o valor da remuneração por megawatt/hora era fixo (definido em leilão) e independia da bandeira tarifária (verde, amarela ou vermelha) definida pela ANEEL. O Sr. Thièrs contestou com uma nota da ANEEL que afirmava que o aumento da bandeira tarifária estaria "diretamente ligado ao uso de usinas termelétricas". A Sra. Raphaela explicou novamente que o dinheiro arrecadado com a bandeira vermelha (o valor a mais que o consumidor paga) não ia para o lucro das termelétricas, mas sim para o fundo de compensação da ANEEL, para cobrir os custos de acionamento de outras térmicas. O Sr. Thièrs aceitou o esclarecimento, admitindo que a sociedade civil associou o aumento da conta diretamente ao lucro das térmicas.

## COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS MACAÉ E DAS OSTRAS

Rua Santa Catarina 219, 5º Andar, Salas 502 e 503, Extensão do Bosque – Rio das Ostras-RJ.

Telefone: (22) 3034-2358 :: E-mail: [contato@comitemacaeostras.org.br](mailto:contato@comitemacaeostras.org.br)

Site: [www.comitemacaeostras.org.br](http://www.comitemacaeostras.org.br)

1. Após a réplica do setor usuário, a sociedade civil fez suas últimas considerações, reforçando o foco na proteção da água. A Sra. Leideane iniciou seu apelo descrevendo a difícil situação na cabeceira do rio Macaé, onde vive: nascentes estão secando devido à especulação imobiliária, e ela depende da chuva para ter água. Ela expressou tristeza por transformar um bem como a água — que gera lucro para empresas — em algo pequeno na discussão. A Sra. Leideane argumentou que o aumento do valor (PPU) era necessário para proteger o recurso que garante o lucro das termelétricas e outras empresas. Ela confirmou que a proposta da Sociedade Civil era um escalonamento de 8, 11, 13, e 15 centavos (chegando a 15 em 2029), enquanto o Setor Usuário propunha 8 centavos fixos (reajustados pelo IPCA). Propôs um meio-termo para que "todos saiam ganhando," sugerindo um escalonamento com um valor máximo abaixo de 15 centavos (como 11 ou 12), para que houvesse recurso suficiente para proteger as nascentes, o "bem maior." O Sr. Leonardo corroborou a proposta de Leideane, sugerindo um patamar de 11 ou 12 centavos. Ele desafiou as empresas a terem "ações condizentes com seus discursos de sustentabilidade", alegando que os fatos (mudanças climáticas, crise hídrica) exigiam um "exercício, algo a mais" por parte delas. O Sr. Afonso defendeu a proposta atual da minuta de resolução, que era resultado de um longo estudo do Comitê. Ele reforçou que qualquer outra proposta poderia ser discutida no ano seguinte, até junho. O Sr. Afonso mencionou que a cobrança deveria evoluir para incluir a qualidade da água, e criticou o fato de o Comitê ter que depender de doações para financiar o Plano de Recursos Hídricos. O Sr. Lucas Bernardes esclareceu que a decisão do Comitê de Bacia sobre o valor da cobrança era soberana, desde que não houvesse ilegalidade. Ele informou que qualquer parte em discordância tinha o direito de recorrer ao Judiciário, onde o MPERJ poderia ser chamado a se manifestar.
1. Houve um debate final entre a Sra. Raphaela e a Sra. Maria Inês para clarificar as opções de voto. O entendimento Inicial da presidência seria que a enquete votaria entre (1) manter a minuta (escalonamento até 15 centavos) ou (2) alterar a minuta (o que levaria a uma nova discussão na CTIL). A Sra. Raphaela corrigiu que a proposta do Setor Usuário não era apenas para 2026, mas sim para fixar o PPU em R\$ 0,084 mais IPCA para os próximos quatro anos, resultando em um escalonamento apenas inflacionário. A Sra. Maria Inês e a Sra. Raphaela concordaram em simplificar a votação para duas opções principais, que definiriam o destino da proposta:
  - Proposta 1 (Manter a Minuta Original): Mantém o escalonamento do PPU até 15 centavos (8, 11, 13, 15), conforme já aprovado na CTIL e encaminhado para a plenária.
  - Proposta 2 (Aceitar a Manifestação dos Usuários): Fixa o PPU em R\$ 0,084 mais IPCA para os próximos quatro anos, não havendo escalonamento além da inflação.
  - Opção Adicional: Abstenção.
1. O Sr. Reginaldo fez um apelo para se evitar o litígio judicial, argumentando que ir à justiça poderia resultar na manutenção do valor atual de R\$ 0,06 o que seria ruim para todos. Ele destacou que o aumento imediato do PPU para R\$ 0,08 representa um aumento significativo (cerca de 22% a 28%), o que garantiria um fluxo financeiro importante para o Comitê. Por exemplo, a CEDAE contribuiria com cerca de R\$ 250.000,00 a mais anualmente, um valor que, somado ao de outros usuários, poderia ser usado nos projetos de proteção de mananciais

## COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS MACAÉ E DAS OSTRAS

Rua Santa Catarina 219, 5º Andar, Salas 502 e 503, Extensão do Bosque – Rio das Ostras-RJ.

Telefone: (22) 3034-2358 :: E-mail: contato@comitemacaeostras.org.br

Site: [www.comitemacaeostras.org.br](http://www.comitemacaeostras.org.br)

e nascentes. Ele sugeriu votar para o aumento em 2026 (R\$ 0,08 + IPCA) e abrir a discussão do escalonamento para os anos subseqüentes nas câmaras técnicas (CTIL), buscando um consenso. O Sr. Thièrs discordou do apelo do Sr. Reginaldo, afirmando que a proposta fixa de R\$ 0,08 centavos não atende às necessidades da sociedade civil. Ele explicou que um único projeto de restauração de 50 hectares, conforme exigido pela normativa do INEA, custa R\$ 3,25 milhões em cinco anos. Portanto, R\$250.000,00 a mais vindos de um único usuário seriam insuficientes, considerando a necessidade de investimento em mais de três mil nascentes. Para a sociedade civil, a proposta original de escalonamento seria a única que contempla o investimento necessário. Foi decidido que o Comitê decida sobre a minuta já encaminhada ao CERHI, com as seguintes opções:

1. Manter a Minuta de Resolução Original: Aprovar o escalonamento do PPU, que sai de R\$ 0,084 em 2026 e chega a R\$ 0,15 em 2029 (manutenção da proposta anterior).
2. Alterar a Minuta de Resolução: Rejeitar a proposta de escalonamento, o que implicaria a rediscussão dos valores (seja para fixar em R\$ 0,08, seja para buscar um novo escalonamento), provavelmente na próxima reunião da CTIL.
3. Abstenção.

1. O resultado da votação sobre o Preço Público Unitário (PPU) foi definido após um intenso debate, com 14 membros votantes elegíveis participando.

As opções de voto eram:

1. Manter a Minuta da Resolução como está: Aprovar o escalonamento do PPU, que sairia de R\$ 0,084 em 2026 e chegaria a R\$ 0,15 em 2029 (a proposta original levada ao CERHI).
2. Alterar a Minuta da Resolução através de outro debate: Rejeitar o escalonamento, forçando a rediscussão dos valores em uma nova instância, como a CTIL (a proposta dos usuários).
3. Abstenção.

A proposta de “Manter a Minuta de Resolução” obteve a maioria, com 7 votos (50% do total). A opção de “Alterar a Minuta da Resolução” recebeu 5 votos (36%). Houve ainda 2 abstenções (14%) dos votantes. Com o resultado indicando a preferência pela manutenção do escalonamento, a coordenação da reunião confirmou que o debate e o encaminhamento final da proposta seriam levados para a reunião seguinte da CTIL.

2. Não houve debate sobre o ponto.
3. Com base na transcrição da reunião conjunta, o aprofundamento sobre a execução desses programas revela que eles são utilizados como a principal base técnica e justificativa para a proposta de aumento da arrecadação do Comitê.

A seguir, detalho as informações extraídas sobre cada ponto:

### 1. Programa R.U.A. e a Crise Hídrica

O Programa R.U.A. (Recuperação de Unidades de Conservação e Áreas Protegidas) é citado como uma fonte de dados alarmantes sobre o estado da bacia:

## COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS MACAÉ E DAS OSTRAS

Rua Santa Catarina 219, 5º Andar, Salas 502 e 503, Extensão do Bosque – Rio das Ostras-RJ.

Telefone: (22) 3034-2358 :: E-mail: contato@comitemacaeostras.org.br

Site: [www.comitemacaeostras.org.br](http://www.comitemacaeostras.org.br)

- Declínio Técnico: Dados apresentados pelo R.U.A. e outros projetos indicam um problema grave de declínio constante tanto na quantidade quanto na qualidade da água.
- Risco de Colapso: A falta de execução plena e de investimentos em recuperação de nascentes e matas ciliares, evidenciada pelos diagnósticos desses programas, aponta para um "colapso" futuro que afetará todos os setores, especialmente o energético.
- Paralisia de Projetos: Foi mencionado que diversos projetos importantes, como os nas regiões da Barra do Sana, Rio Ouriços e São Pedro, estão atualmente estagnados ou parados por falta de recursos suficientes para execução.

### 2. IQA (Qualidade da Água) e Novos Critérios de Cobrança

Embora o acrônimo "IQA" não apareça de forma isolada, o debate sobre o Índice de Qualidade da Água e a preservação dos padrões hídricos é central:

- Qualidade vs. Cobrança: Afonso Albuquerque (vice-presidente) defende que o comitê deve evoluir para um modelo de cobrança pela qualidade da água.
- Cenário Atual: Atualmente, a qualidade da água em Macaé é considerada "uma maravilha" devido à ausência de certos empreendimentos, mas o comitê alerta que essa qualidade não é cobrada nem devidamente protegida por falta de verbas para fiscalização.
- Objetivo Legal: A sociedade civil reforça que a execução de programas de monitoramento visa assegurar a disponibilidade de água em padrões de qualidade adequados para gerações futuras, conforme a Lei das Águas.

### 3. PMSBRO e Governança

O PMSBRO é mencionado no início da sessão pelo Dr. Lucas Bernardes (MPRJ), embora a transcrição apresente uma falha de clareza fonética:

- Abertura da Pauta: O programa é citado no contexto das deliberações iniciais da reunião.
- Limitação da Fonte: Devido a um erro de transcrição no documento (onde o termo aparece como "*Prime Minister book special*"), não há detalhes específicos sobre o cronograma de obras ou metas atingidas, apenas sua relevância como pauta de acompanhamento do Ministério Público e da diretoria.

O ponto em comum entre esses informativos é a insuficiência financeira. O comitê argumenta que:

- A especulação imobiliária está invadindo cabeceiras e nascentes (Macaé de Cima, Sana, Lumiar) sem a fiscalização necessária, pois as prefeituras alegam falta de recursos.
- O Plano de Recursos Hídricos está defasado (dados de 2012/2014) e a execução da sua revisão é considerada essencial para atualizar as projeções de cenário hídrico.
- A execução de programas como a Restauração Florestal da Cedae (com apenados) é vista como um exemplo positivo, mas que depende de "muito investimento" para ser escalonada.

## COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS MACAÉ E DAS OSTRAS

Rua Santa Catarina 219, 5º Andar, Salas 502 e 503, Extensão do Bosque – Rio das Ostras-RJ.

Telefone: (22) 3034-2358 :: E-mail: contato@comitemacaeostras.org.br

Site: [www.comitemacaeostras.org.br](http://www.comitemacaeostras.org.br)

4. O Projeto de Lei 2159/2021 é amplamente referido pelos membros da sociedade civil e por órgãos como o ICMBio como o "PL da Devastação". O debate é tratado com prioridade pela diretoria do Comitê, sendo inclusive o motivo para a convocação de reuniões específicas para tratar do tema.

### Ações Institucionais e Posicionamento

O Comitê já iniciou uma série de medidas formais contra a proposta:

- Moção de Repúdio: A diretoria do Comitê já emitiu uma moção de repúdio ao PL, a qual foi referendada pela Plenária.
- Nota Técnica: Está em fase de elaboração um detalhamento técnico dos impactos do PL. O objetivo é consolidar esses argumentos em uma nota técnica oficial para ser encaminhada diretamente à Presidência da República.
- Mobilização Ativa: Representantes da sociedade civil, como o membro Thièrs, agradeceram ao grupo por estarem "na luta" contra o projeto.

Devido à complexidade do tema e à agenda dos membros, o debate foi estruturado da seguinte forma:

- Reunião Extraordinária: Foi agendada uma reunião extraordinária da CTIG especificamente para apreciar a questão do PL.
- Conflitos de Agenda: Essa medida foi necessária porque membros importantes, como Thièrs e Thayná, estavam realizando trabalho de campo com um grupo de pescadores da América Latina (venezuelanos) e da África, não podendo permanecer até o fim da sessão regular.
- Cronograma: A produção final da nota técnica ficou agendada para ser apresentada e discutida na reunião seguinte do colegiado.

### Encaminhamentos:

#### 1. Cobrança pelo Uso da Água (PPU)

O ponto mais central da reunião resultou em uma votação para decidir o destino da minuta de resolução sobre o aumento escalonado dos valores:

- Resultado da Votação: Por meio de uma enquete, o comitê decidiu manter a minuta original com 7 votos a favor, contra 5 votos pela alteração e 2 abstenções.
- Continuidade no CTIL: O debate técnico sobre como essa decisão será formalizada e encaminhada ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERHI) foi transferido para a reunião da Câmara Técnica de Institucional e Legal (CTIL), agendada para ocorrer imediatamente após a sessão conjunta.
- Finalização do Documento: A CTIL ficou responsável por fechar a redação final da minuta de resolução para posterior deliberação da Plenária.

#### 2. Enfrentamento ao PL 2159/2021

## COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS MACAÉ E DAS OSTRAS

Rua Santa Catarina 219, 5º Andar, Salas 502 e 503, Extensão do Bosque – Rio das Ostras-RJ.

Telefone: (22) 3034-2358 :: E-mail: contato@comitemacaeostras.org.br

Site: [www.comitemacaeostras.org.br](http://www.comitemacaeostras.org.br)

Para tratar do que os membros chamam de "PL da Devastação", os encaminhamentos foram:


- Reunião Extraordinária: Foi agendada uma reunião extraordinária da CTIG para apreciar especificamente os detalhes deste projeto de lei.
- Nota Técnica: O comitê está produzindo uma nota técnica detalhada que será enviada à Presidência da República.
- Prazo: A conclusão desta nota técnica ficou prevista para a próxima reunião ordinária do grupo.

### 3. Outras Pautas e Gestão

- Pautas Pendentes: Itens como informativos sobre o Programa R.U.A., IQA e PMSBRO não tiveram novos encaminhamentos práticos de execução detalhados nesta ata devido ao esgotamento do tempo da reunião.
- Registro Fotográfico: Como procedimento de encerramento e comprovação de quórum, foi realizado um registro fotográfico dos membros com o resultado da enquete projetado na tela.

Gostaria de saber mais detalhes sobre como ficou a composição final do quórum votante ou prefere focar nos próximos passos que serão dados na reunião da CTIL?

*Aprovação em 10/10/2025.*

Documento assinado digitalmente  
 JULIANA GOMES PAULA  
Data: 10/10/2025 15:07:27-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**JULIANA GOMES PAULA**

Coordenadora da CTIG